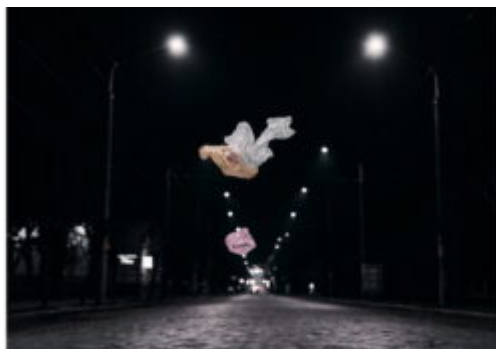


O infantilismo do poder



Por **EUGÊNIO TRIVINHO***

A sanha político-regressiva do submundo sublima a fraqueza patriarcal que depende do vandalismo institucional e do ódio à democracia

“um rosto de fogo que quer sair e cantar, / do monte de ossos, tempos obscuros” (Georg Trakl, 1913).*

Preâmbulo - Cartas bélicas como balão de ensaio

A truculência simbólica ladra para as mais altas instituições decisórias da República brasileira. Acomodada no aparelho de Estado, a rede bolsonarista mobilizou, em 10 de agosto passado, cartas bélicas para pressionar a Câmara dos Deputados a aprovar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) favorável ao voto impresso nas eleições presidenciais de 2022. A mobilização do comboio militar ocorreu no mesmo dia da votação.

Vozes graúdas do governo rechaçaram, como acusatória, a associação dos fatos. A sociedade organizada, porém, tem poucas dúvidas sobre o balão de ensaio do hóspede do Palácio do Planalto: o factoide, bancado com verba pública, representou ameaça nada velada.

Parte da imprensa internacional reportou o fato sob essa ótica: a de um recado aterrador à tradição democrática, com pressão chantagista contra o Parlamento, mediante desfile incomum de subtanques e outros veículos blindados (desde o Rio de Janeiro) na Praça dos Três Poderes, em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília. **

Sem cerimônia, o episódio citou, no plano factual, aquele da ameaça das Forças Armadas ao Supremo Tribunal Federal (STF), na véspera do julgamento plenário do *Habeas Corpus* ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 04 de abril de 2018.

O ímpeto político pressuposto na movimentação dos blindados exasperou-se semanas antes e durante as comemorações de 7 de setembro. Os arranjos de rua, por sua vez, também citaram os factoides de abril e agosto, numa tautologia à moda *hybris* (desmedida, na tradução usual do grego). A escalada exibicionista da truculência simbólica – por ora, aplacável com freios e contrapesos institucionais – explica-se, com detalhes coerentes, à luz de esquemas sublimatórios. Fica, a seguir, uma evocação sugestiva sobre as injunções elementares envolvidas, que o senso comum, aculturado por valores épicos, olvida com frequência.

Ciclo vicioso da compensação regressiva - Encenação-factoide para a visibilidade mediática

A psicanálise politizada e a ciência política psicologicamente orientada, quando enriquecidas pelos fundamentos da crítica feminista e recontextualizadas pela preocupação com processos midiáticos majoritários, sequer coçam a cabeça para admitir o quanto as pantomimas protomonárquicas do hóspede do Palácio e de vários pares de extrema direita equivaleram, no plano simbólico, a compensação regressiva para o medo neurótico da perda (sinonímia fantasmática da morte) e para a antecipação patriarcal da impotência fálica iminente – tudo como encenação-factoide para a visibilidade mediática, particularmente para a horda de apoiadores, da TV às redes sociais. O caráter insólito dessa observação (na

verdade, uma lembrança) é apenas aparente: a ancoragem no essencial – no caso, as exalações autoritárias da libido sublimada – permite à crítica sociopsicanalítica do poder e da política proteger-se de equívocos e autoenganos. Ela, assim, entrevê a ingenuidade histórica longe de sua guarita.

Sob esse prisma, tomado o processo em sentido inverso, o componente lenitivo-regressivo presente na mencionada encenação-factóide para a imprensa nacional e estrangeira acaba entregando a ferida central do truncado infantilismo do próprio patriarcado: o sentimento virulento e insuportável de inferioridade sob aterrorização imaginária da castração. A biopolítica, quando ombreada pela profundidade de campo sociopsicanalítica, acrescenta luz ao recorte: trata-se de sublimação autoritariamente pueril do poder sem potência. Uma vez que admiti-lo seria vergonhoso, a estrutura dinâmica do processo permanece obliterada e, para otimizar a camuflagem, vigora, em ciclo vicioso, a manifestação de força, para dissuasão pública de arremate.

A encenação-factóide – ligada, em última instância, a uma fantasia épica, de estirpe ficticiamente heroica, tão insegura quanto autodecadente – equivale a um ritual obsessivo de exorcismo contra a morte simbólica da própria potência como valor (em acepção genérica, jamais redutível à sexualidade).

Guardadas as escalas, o pavor desse falibilismo fatal (como representação da fobia da perda de poder), combinado com a fetichização autocrática e imatura do triunfo (militar e miliciano) a todo custo no aparelhamento do Estado, não deixa, em algum sentido (sempre patriarcal), de se estender para a rede neofascista inteira.

Mutatis mutandis, constata-se similar infantilismo – programático e antidemocrático – nos estratos sociopolíticos, jurídico-governamentais e corporativo-financeiros que realizaram o golpe de 2016. Diante da castração iminente por investigações de corrupção aproximando-se de esconderijos tradicionalmente indevassáveis, resolveram, à época, fazer a arruaça institucional, sob legitimidade simulada e jurisprudência de ocasião. Vitruvianas multimidiáticas transnacionais mostraram a performance adolescente no Direito de conveniências.

Demonização patriarcal do alheio – Infantilização neofascista da sociedade

No repertório simbólico masculino, o medo da castração, tomado no âmbito individual, sempre fez a infelicidade arremessar demônios contra o alheio. A história do patriarcado como forma de governança autodemonstra que o alheio demonizado equivale, não raro, à coletividade.

No ranger ocluso de caninos bolsonaristas, o infantilismo pressuposto no mencionado arremesso sublimatório-demoníaco não deixa de ser, ao mesmo tempo, uma tentativa de infantilização da sociedade pelo uso iminente da brutalidade.*** Essa pretensão executiva, no compasso de soluços, tem arco tautológico desde o início de 2018, com esteio na tradição do positivismo brasileiro. É um enorme molestamento social, inédito depois da promulgação da Constituição Federal de 1988. Como procedimento político-mediático, essa toxicidade parametriza um governo indizivelmente nefasto – do aprofundamento progressivo da desigualdade socioeconômica ao genocídio pandêmico a céu aberto.

As palavras, quer isoladas, quer em interação, nunca são impunes, porque nunca são casuais: infantilização da sociedade, infantilismo do poder – tudo à moda brutamontes e extemporânea, sem qualquer atmosfera histórica. A rigor, infantilidade remete a atos isolados ou esporádicos. Infantilismo indica tendência permanente (abraçada à insistência sublimatória).

Covardia por fraqueza psicopática – Cantilena do terror como linguagem banal

Não por acaso, os mesmos trejeitos e carantonhas do hóspede do Palácio, de demonstração apocalíptica de suposta potência, transferiram-se para a insuflação programada do 7 de setembro. A fleuma das duas falas presidenciais naquele dia – uma em Brasília, outra em São Paulo – não foi diferente.

Em todas as circunstâncias, a armação de cenas retumbantes, com frases prontas, é feita à sombra da conhecida covardia advinda da fraqueza psicopática. A puerilidade neurótica que deseja um mundo (institucional ou não) à sua imagem – infantilizado – fala a cantilena do terror como linguagem banal da violência simbólica.

Essa flagrante impotência, quando vigora como visão de mundo, não camufla suposições rasteiras: para ela, a sociedade equivale a uma criança indisciplinada que deve ser treinada e domesticada, com tapa frontal e soco no abdômen, para adaptar-se mais rapidamente ao “real”. A grave exibição de brinquedos de fogo na cintura equivale à forma simbólica de tapa e soco.

A coletividade, internamente diversa demais para o neofascismo, comparece como passível de inferiorização: em última instância, uma criança, como estagia em crescimento, é para ser, acima de tudo, colocada supostamente em ostracismo, fora do verbo- de castigo, calada.

Ao fazer-se diuturno, o conluio estratégico entre ameaça de força e repetição sempre intenta domesticar a dispersão e a evasão (figuras do desvio, da diferença, da liberdade) como se se domestica um animal, tomado como besta. Uma criança inteligente, ousada porque educada, não hesita em transformar insolência em desconcerto criativo: ela pergunta quem, de fato, é a besta.

Emblemas videográficos de ameaça extremista

Por resíduos de poder puído, enquadra-se na desfaçatez desses despautérios autoritários a molecagem institucionalmente vandálica de outro apoiador civil do governo federal que posou na visibilidade digital com dois revólveres cruzados no peito, espumando ressentimento racionalizado e ameaçando, com obsessões extremistas, instâncias de Estado em nome de Deus, da pátria, da família, da liberdade e da vida. Soa como neofascismo defendendo valores democráticos.

Os jogos de curto-circuito lexicais e semânticos, muito apreciados pelo infantilismo ultradireitista, põem-se nessa esteira. Semanas antes às comemorações do 7 de setembro, um militar da reserva chegou a convocar, por vídeo, a horda bolsonarista não somente para aderir às manifestações em Brasília, como também para “adentrar” – “em paz” – o STF e o Congresso Nacional, a partir de grupamentos previamente organizados sob a bandeira do Brasil à frente. Ao se deparar com proposta dessa natureza, a sã consciência democrática, resiliente em milhões de brasileiros, não tem dúvidas: trata-se da verbalização audiovisual da barbárie antirrepublicana, travestida de interesse delirante – oitocentista – de “retomada da nação”, lembrete de “libertação da pátria” contra o “comunismo imaginário”. O agente reformado sugeriu “atropelar” quem impusesse resistência. Curiosamente, alegou não estar mais para “brincadeira”. Passear juntos, tremular flâmulas e acampar na capital federal perderam a graça. Também perdeu a graça somente amedrontar inimigos. A convocatória pressupôs ter chegado a hora de “atitude madura”. Emblema dessa “maturidade” é inspirar-se em 1964 e sabotar a democracia. Esta última notação desagrava a perspectiva dos preceitos constitucionais e, em especial, dos direitos humanos e das liberdades civis – marcos, entre outros, inegociáveis. Essa perspectiva também não brinca em serviço.

Um pouco pior foi o caso de militar de artilharia do Exército que, aludindo, também em vídeo, a habilidades profissionais de pontaria, durante o período eleitoral de 2018, pôs, na berlinda de seu alvo idealizado, um membro do STF. Em vídeo prévio, o mesmo narrador reformado, em defesa do bolsonarismo intervencionista, havia ameaçado a Presidência do Superior Tribunal Eleitoral (STE) e três membros do STF. O militar, que à época o Comando do Exército (CEX) alegou não representar a instituição, desencadeou saraivada de xingamentos a juristas, políticos, jornalistas, artistas e a membro da Polícia Federal. Coube a Celso de Mello, então decano do STF e hoje ex-ministro jubilado, o contundente revide institucional: “discurso imundo e sórdido”, com “linguagem profundamente insultuosa” e “palavras superlativamente grosseiras e boçais” – um “ultraje inaceitável” à Corte, à democracia e ao sistema judiciário como um todo.

Basta essa lista. Representativa de fila infinda, traz à tona cenas similares dos tempos da ditadura civil-militar-empresarial no país; e lembra desastres autoritários em nações vizinhas.

A comunidade universitária radicalmente democrática não dispensa pimenta (iluminista, se se quiser) quando necessário: ela não esconde que a trajetória crítica da sociopsicanálise, no rastro de estudos da cibercultura, empreenderia bons avanços interdisciplinares caso pudesse apurar, em nome da democracia como valor universal, até qual limite o inconsciente perverso e pueril é estrategicamente videofílico e desacompanhado de pruridos em exibi-lo.

Com a licença extra de cotejo a grandes saltos, a tentativa de inferiorização infantilizadora da sociedade com revólveres cruzados em peitoral videográfico ou com alusões alucinatórias a armamentos é, em essência, da mesma ordem que a covardia dos Talibãs atirando a esmo com fuzis para os céus para dispersar protestos recentes de centenas de afegãos e afegãs em Cabul. A máxima ousadia egressa do desespero, quando se torna força política especialmente de mulheres –

mulheres islâmicas extremamente corajosas –, põe no chinelo, em termos de ação madura no mundo, a sublimação patriarcal que promove armas à mão para camuflar fugas temerosas à castração como autoterror insuportável.

Vexame público do patriarcado

Vale, para ênfase, uma palavra mais sobre o esquema sublimatório-dissuasivo do infantilismo como comportamento político de submundo.

Na política convencional como na vida cotidiana, inexistente expressão de roubo ou gabolice sem ancoragem em fragilidade oclusa. Esse é, aliás, o *modus operandi* básico pelo qual a hipérbole tradicional e moderna do patriarcado realiza a apropriação compensatória do poder, em nome da identidade política do macho e de seus fetiches antropológicos regulares (monoteísmo, patriotismo, heteromonogamismo, familialismo conservador, posse privada dos meios de produção etc.).

Como não poderia deixar de ser, a expressão sónica desse *modus operandi* encerra até uma estética buco facial e gestual do corpo. Típica e conhecida, dispensa aborrecimentos de descrição para evitar, também, dissabores de leitura.

Bravatas – vexame público de garganta e braços – repousam sempre em pés corroídos. São ares incorrigíveis de mouco, em esculturas de busto sem base. Aliás, ocupantes de plantões institucionais mais abastado sem outras nações, quando podem, esbanjam tais ares com mísseis transcontinentais. A política (da exibição) da força, vista através de seu infantilismo e de seu desejo de infantilização do alheio, não demonstra senão isto: o cúmulo pretensamente humanista da simulação da responsabilidade político-institucional se manifesta em “adultismo” mútuo com brinquedos sofisticados. Poder e puerilidade fazem ciranda no vergel das sanhas mais diabólicas.

No Brasil, como a malta encançada, ávida por militarização da sociedade, acredita piamente em cascas, se o hóspede do Palácio insinuar novamente, como fez em novembro de 2020 por causa da Amazônia, que mobilizará comboios para atacar os Estados Unidos na próxima semana, não tardarão aplausos rasgados para galvanizar a viabilidade, cantando vitória.

Necrose odienta em relação à democracia

O infantilismo neofascista do poder jamais é o da estultícia, da falta de coragem ou do recuo tático na aplicação de golpes em datas históricas de celebração nacional. É, antes, o de adornar cristas galiformes com o belicismo de insuflação de massas e com a ameaça do uso de brutalidade: diz respeito à propensão permanente a sabotagens de Estado. O resto é parte copiosa de blefe sem ribalta contínua.

Ao invés de operação discreta de inteligência, com obediência a balizas republicanas e sem agressões à democracia, o culto palaciano a ditaduras prefere a incorrigível demonstração de robustez, na tração de ferro e vexame – uma promiscuidade que combina musculatura mediática e cérebro institucional diminuto.

O fulcro regressivo desse infantilismo – não custa sublinhar – encerra, no todo, uma necrose odienta em relação à democracia como valor universal e à sua diversidade multicultural e radical. Essa veemente disposição de rechaço *a priori*, que se confunde com a caça ao “comunismo imaginário”, se expressa mesmo quando, com petulante oportunismo, a democracia é tolerada apenas para dela se extrair o maior proveito.

Aliás, o sumo surrado da “guerra cultural” bolsonarista é este: manter a sociedade inteira mediaticamente “ocupada”, subordinada à agenda medíocre de factóides dissuasivos, sob a fustigação de uma catástrofe política iminente sobre cabeça de todos. Essa estratégia simplória, de escopo militar conhecido, independe de, no dia esperado, haver leite coalhado em prol de acordos de bastidor, frustrando a própria horda instrumentalizada, refém pré-púbere de manobras governamentais, “fogo amigo” populista.

Desafio democrático de vida e morte

Sob a ótica dessa sanha, a infância perversa do poder, quando adestrada e perita, é a tirania longamente planejada, intensamente ruminada e, com tirocínio ansioso por uma crosta de mundo, realizada com êxito sob medo espalhado. A mera tentativa recorrente de concretizar – aos soluços, engolidos, frustrados – o cerne desse infantilismo corresponde tão-somente à infância atabalhoada do poder. Por ora, ao que as aparências indicam, a frágil democracia brasileira segue à

mercê desta segunda patuscada, igualmente perversa, à sombra do desatino da primeira, sem lastro majoritário para aventuras de subtanque e tiroteio de meia dúzia na capital do país.

A contenção institucional dessas pulsões políticas de submundo, virulentas como o bolsonarismo, é, de certa forma, factível em dado momento ou por certo tempo. Freios e contrapesos políticos e jurídicos ainda vigentes nas instâncias republicanas nacionais têm, aos atravancos, impedido, na hora “h”, a consecução de sinistro institucional pior, de fechamento de tempo conforme índoles intervencionistas. Em sociedades abismalmente desiguais, como as latino-americanas, em especial o Brasil, a vicissitude costumeira –no fundo, o desafio democrático de vida e morte – é a conversão dessa contenção precária em realidade normalizada de longo prazo.

Valor da sociopsicanálise da política neofascista

Qualquer indumentária, fardada ou não, que eventualmente se aborrega com a reflexão acima deve, em nome de humores irresistíveis, cobrar tributação direta das raízes psicanalíticas francesas e alemãs. Para mal dos dissabores autoritários, a psicanálise e suas variantes socialmente orientadas são, desde as primeiras décadas do século XX, irreversíveis. Este artigo as reconhece como cruciais para a compreensão de processos e comportamentos políticos, em particular ligados ao neofascismo.

A abordagem – sucinta e mensageira – das relações entre infantilismo, poder autoritário e sublimação inspira o tratamento de um fenômeno macroestrutural de húmus essencialmente similar, em registro reflexivo distinto, desta vez envolvendo a infantilização na cultura: a regressão psicossocial no âmbito da adesão massificada ao uso de “figurinhas digitais” em redes sociais na palma das mãos.

Uma puerilidade pós-industrial ronda a vida das gentes na fase adulta. Da infantilização belicista na esfera da política convencional à infantilização sínica na escala da cibercultura, observa-se, entre diferenças de natureza e proporção, a semelhante epopeia de uma infância domesticada e reificada, tal como induzida pelos poderes vigentes, na direção do *status quo*. Matéria para um próximo artigo.

***Eugênio Trivinho** é professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP.

Notas

* Versos em prosa de “Metamorfose do mal”, publicado em *De profundis* (São Paulo: Iluminuras, 2010, p. 85). Tradução de Claudia Cavalcanti.

** Seleta de fontes:

El País:
<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-08-10/bolsonaro-faz-10-minutos-de-cena-com-tanques-na-esplanada-para-aticar-militancia.html>;

La Nación:
<https://www.lanacion.com.ar/el-mundo/mensaje-a-los-diputados-jair-bolsonaro-exhibe-tanques-de-guerra-en-pleno-brasil- mientras-se-debate-nid10082021>;

Clarín:
https://www.clarin.com/mundo/jair-bolsonaro-participo-desfile-militar-brasil-oposicion-califico-intimidatoria-0_z2XlpAoep.html